

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,  
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.S.as, as demonstrações financeiras referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, acompanhadas das notas explicativas e do relatório de revisão dos auditores independentes. A SOCOPA conta com uma estrutura de governança baseada em comitês decisórios colegiados, na

especialização funcional das áreas e na segregação de funções. A estrutura de gerenciamento de Riscos visa o aperfeiçoamento contínuo do ambiente de controle de riscos, através do estabelecimento e monitoramento de limites e a revisão periódica das estratégias de negócios e das políticas, processos e sistemas de controle, dentro de uma abordagem conservadora, com o objetivo de refletir mudanças nos mercados, produtos e a incorporação das melhores práticas de mercado. Para informações detalhadas,

acessar: [https://www.bancopaulista.com.br/Conteudo/Gerenciamento\\_Riscos.aspx](https://www.bancopaulista.com.br/Conteudo/Gerenciamento_Riscos.aspx). Os colaboradores da SOCOPA atuam em conformidade com suas atribuições e os procedimentos estabelecidos, dentro de uma cultura que incentiva o respeito e o envolvimento de todos. Agradecemos aos clientes pela preferência e confiança e aos colaboradores pelo contínuo empenho e dedicação.  
São Paulo, 21 de agosto de 2018. A Administração.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**

Em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

ATIVO	Notas Explicativas	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>205.236</b>	<b>188.894</b>
Disponibilidades	4	7.962	6.954
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		<b>141.058</b>	<b>147.944</b>
Aplicações em operações compromissadas	4/5	-	26.548
Aplicações em depósitos interfinanceiros	5	141.058	121.396
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>8.893</b>	<b>146</b>
Carteira própria	6	8.893	146
<b>Outros créditos</b>		<b>47.262</b>	<b>33.979</b>
Conta de câmbio	10	6.500	2.684
Rendas a receber	9	3.730	3.395
Negociação e intermediação de valores	11a	19.000	8.298
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	11b	18.408	19.821
<b>Outros valores e bens</b>		<b>61</b>	<b>53</b>
Despesas antecipadas		61	53
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>79.204</b>	<b>55.451</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>		<b>54.596</b>	<b>33.178</b>
Carteira própria	6	847	847
Vinculados à prestação de garantias	6	54.596	32.331
<b>Outros créditos</b>		<b>24.608</b>	<b>22.273</b>
Diversos	11b	24.608	22.273
<b>Permanente</b>		<b>315</b>	<b>188</b>
Investimentos		2	2
Imobilizado de uso		298	149
Intangível		15	37
<b>Total do ativo</b>		<b>284.755</b>	<b>244.533</b>

PASSIVO	Notas Explicativas	2018	2017
<b>Circulante</b>		<b>165.572</b>	<b>137.383</b>
<b>Outras obrigações</b>		<b>165.572</b>	<b>137.383</b>
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		278	110
Carteira de câmbio	10	6.881	5.190
Fiscos e previdenciárias	11a	4.588	13.431
Negociação e intermediação de valores	11a	140.869	113.099
Instrumentos financeiros derivativos	7	4.651	-
Diversas	12b	8.305	5.553
<b>Exigível a longo prazo</b>		<b>5.567</b>	<b>3.750</b>
<b>Outras obrigações</b>		<b>5.567</b>	<b>3.750</b>
Diversas	12b	5.567	3.750
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>113.616</b>	<b>103.400</b>
Capital social	13	66.000	66.000
Reservas de lucros		47.469	37.398
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos		147	2
<b>Total do passivo</b>		<b>284.755</b>	<b>244.533</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

**1 CONTEXTO OPERACIONAL**

A Socopa - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Corretora" ou "Socopa") está organizada sob a forma de Corretora de Valores, tendo por objeto a intermediação de negócios nas bolsas de valores, de mercadorias e futuro e nos mercados de balcão, bem como a distribuição de títulos e valores mobiliários, a intermediação de operações de câmbio, e a administração de clubes e fundos de investimentos.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, sendo que certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de seu controlador Banco Paulista S.A. e demais empresas pertencentes aos controladores.

**2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajustes de valores de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente e estas demonstrações foram aprovadas em 21 de agosto de 2018.

**3 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Apreciação do resultado**

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As taxas e comissões recebidas são reconhecidas durante o período de prestação de serviços (regime de competência). As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método duracional. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. Taxas e comissões decorrentes de operações com terceiros, tais como corretagens, são reconhecidas quando o serviço ou operação for realizada.

**b) Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

**c) Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações.

**d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

Os títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intencionalidade da Administração, quais sejam:

- Títulos para negociação;
- Títulos disponíveis para venda; e
- Títulos mantidos até o vencimento.

Os títulos para negociação são apresentados no ativo circulante, independentemente dos respectivos vencimentos e compreendem os títulos adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São avaliados pelo valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização computado ao resultado.

Os títulos disponíveis para a venda representam os títulos que não foram adquiridos para frequente negociação e são utilizados, dentre outros fins, para reserva de liquidez, garantias e proteção contra riscos. Os rendimentos auferidos segundo as taxas de aquisição, bem como as possíveis perdas permanentes são computados ao resultado. Estes títulos são avaliados ao valor de mercado, sendo o resultado da valorização ou desvalorização contabilizado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido (deduzidos os efeitos tributários), o qual será transferido para o resultado no momento da sua realização. Os títulos mantidos até o vencimento referem-se aos títulos adquiridos, para os quais a Administração tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos. Caso apresentem perdas permanentes, estas são imediatamente computadas ao resultado.

Os instrumentos financeiros derivativos (operações a termo de ações) são contabilizados pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o valor de mercado das ações, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos contratos até a data do balanço. As operações com instrumentos financeiros derivativos não considerados como *hedge accounting* são avaliadas, na data do balanço, o valor de mercado, contabilizando a valorização ou a desvalorização em conta de resultado.

Os ativos intangíveis representam as operações a termo de ações. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade.

**h) Imposto de renda e contribuição social**  
Os ativos intangíveis representam o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no exercício (R\$ 120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15% foi calculada até agosto de 2015. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota da contribuição social foi alterada para 20%, conforme Lei nº 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019.

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Em decorrência da alteração da alíquota da contribuição social, a Socopa constituiu, em setembro de 2015, um complemento do crédito tributário, considerando as expectativas anuais de realização e as suas respectivas alíquotas vigentes em cada período, de acordo com o estudo técnico realizado e a análise da Administração.

**i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias**  
O reconhecimento e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios:  
**Contingências ativas** - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização; sobre as quais não cabem mais recursos.  
**Contingências passivas** - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação.  
**Obrigações legais - fiscais e previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado trimestralmente.

**j) Lucro por ação**  
O lucro líquido por ação é calculado com base na quantidade de ações, na data do balanço.

**4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

Em 30 de junho de 2018 e 2017, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	2018	2017
Disponibilidades	7.962	6.954
Aplicações em operações compromissadas (nota 5a e 19)	-	26.548
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota 5b e 19)	30.174	90.718
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>38.136</b>	<b>124.220</b>

**5 APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**

**a) Aplicações no mercado aberto - Operações compromissadas**

	2018	2017
Re vendas a liquidar - Posição bancada	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN (nota 19)	-	26.548
	-	<b>26.548</b>

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o resultado com aplicações no mercado aberto foi de R\$ 952 (R\$ 980 em 2017).

**b) Aplicações em depósitos interfinanceiros**

	2018	2017
Aplicações em depósitos interfinanceiros - Ligadas (nota 19)	30.174	90.718
Vencimento até 90 dias	110.884	30.678
Vencimento de 90 a 360 dias	<b>141.058</b>	<b>121.396</b>

No semestre findo em 30 de junho de 2018, o resultado com aplicações em depósitos interfinanceiros foi de R\$ 4.230 (R\$ 6.512 em 2017).

**6 TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

**a) Títulos e valores mobiliários - Composição por classificação**

Títulos para negociação	2018	2017
<b>Carteira Própria - Livres</b>	<b>8.908</b>	<b>8.893</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	10	10
Nota do Tesouro Nacional - NTN	623	638
Cotas de Fundo de Investimentos	2.132	2.132
Debêntures	1.530	1.453
Ações de companhias abertas	4.602	4.651
Certificado de Recebíveis Imobiliário - CRI	1	1
Certificado de Recebíveis Agrícolas - CRA	5	5
Títulos da Dívida Agrária - IDA	-	-
<b>Total de títulos para negociação</b>	<b>8.908</b>	<b>8.893</b>
<b>Títulos disponíveis para venda</b>		
<b>Carteira Própria - Livres</b>	<b>-</b>	<b>847</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	847
Vinculados à prestação de garantias	54.064	54.596
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	45.203	45.203
Cotas de Fundo de Investimentos	8.861	9.391
<b>Total de títulos disponíveis para venda</b>	<b>54.064</b>	<b>54.596</b>
<b>Total</b>	<b>62.972</b>	<b>63.489</b>

(i) Referem-se aos custos de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços;  
(ii) O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo divulgações nos boletins diários informado pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades de Mercados Financeiros e de Capitais. Para cotas de fundos de investimentos, o valor é atualizado de acordo com a cota fornecida pela Administração do Fundo, para as debêntures, são utilizados os dados divulgados no [site www.debentures.com.br](http://www.debentures.com.br).  
No semestre findo em 30 de junho de 2018, o resultado das operações com títulos e valores mobiliários foi de R\$ 5.463 (R\$ 5.449 em 2017).

**b) Títulos e valores mobiliários - Composição por prazo de vencimento**

	2018	2017
<b>Títulos para negociação</b>		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	10
Nota do Tesouro Nacional - NTN	-	638
Cotas de Fundo de Investimentos	2.132	-
Debêntures	-	1.453
Ações de Companhias Abertas	4.651	-
Certificado de Recebíveis Imobiliário - CRI	-	1
Certificado de Recebíveis Agrícolas - CRA	-	5
Títulos da Dívida Agrária - IDA	-	3
<b>Total de títulos para negociação</b>	<b>6.783</b>	<b>3 10 2.097 8.893 146</b>
<b>Títulos disponíveis para venda</b>		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	44.248
Cotas de Fundo de Investimentos	9.391	-
<b>Total de títulos disponíveis para venda</b>	<b>9.391</b>	<b>44.248 957 54.596 33.178</b>
<b>Total</b>	<b>16.174</b>	<b>3 44.258 3.054 63.489 33.324</b>

Os títulos públicos estão custodiados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC e os títulos privados e as cotas de Fundos, na B3. Não houve reclassificação de categoria de títulos no semestre findo em 30 de junho de 2018.

**7 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Os instrumentos derivativos são utilizados pela Socopa, prioritariamente, para atender as suas necessidades, bem como administrar a exposição global de risco da Instituição. Os resultados obtidos com as operações com instrumentos financeiros derivativos, nos semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, estão demonstrados a seguir:

	2018	2017
Futuros	(116)	(11)
Ações	49	-
	(67)	(11)

Os instrumentos financeiros derivativos possuem os seguintes vencimentos:

	2018	2017
<b>Descrição</b>		
Contratos a termo - Ações	(4.651)	-
A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas, e em alguns casos, são utilizadas técnicas de precificação. Todas as operações com derivativos realizadas pela Socopa são registradas na B3.		

**8 GERENCIAMENTO DE RISCOS**

A SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A., por intermédio da Instituição líder Banco Paulista S.A., adota a estrutura consolidada de gerenciamento de riscos. As práticas adotadas estão aderentes aos critérios estabelecidos pela Resolução nº 4.090/12, do CMN, para risco de liquidez, pela Resolução nº 3.721/09, do CMN, para risco de crédito, Circular nº 3.711/09, do CMN, para risco de mercado, pela Resolução nº 3.380/06, do CMN, para risco operacional e pelas Resoluções nº 4.192/13, nº 4.193/13 e nº 3.988/11, do CMN, para gestão de capital.

**9 RENDAS A RECEBER**

	2018	2017
Taxas administrativas de fundos	2.596	2.404
Corretagens de câmbio a receber	650	581
IR fundos e clubes	84	350
	<b>3.730</b>	<b>3.335</b>

**10 CARTEIRA DE CÂMBIO**

	2018	2017
<b>Ativo</b>		
<b>Circulante</b>		
Direito comprado a liquidar	2.834	2.363
Direitos sobre venda de câmbio	4.085	2.892
Adiantamentos em moeda estrangeira e nacional recebíveis	(419)	(2.571)
	<b>6.500</b>	<b>2.684</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Circulante</b>		
Câmbio vendido a liquidar	4.044	2.828
Obrigações por compra de câmbio	2.837	2.362
	<b>6.881</b>	<b>5.190</b>

**11 OUTROS CRÉDITOS**

	2018	2017
<b>a) Negociação e intermediação de valores</b>		
<b>Outros</b>		
Outras	19.000	8.298
Outras	109.205	4.813
Outras	1.864	390
Outras	1.472	986
Bolsas - Depósitos em garantia	-	27
	<b>19.000</b>	<b>140.869 8.298 113.099</b>
<b>b) Diversos</b>		
<b>Circulante</b>		
Impostos e contribuições a compensar	3.451	12.576
Títulos e créditos a receber (i)	-	648
Devedores diversos no país	14.910	6.563
Outros	47	34
	<b>18.408</b>	<b>19.821</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		
Devedores por depósitos em garantia (nota 22b)	20.985	19.350
Títulos e créditos a receber (i)	1.702	1.945
Créditos tributários (nota 18b)	1.921	978
	<b>24.608</b>	<b>22.273</b>
(i) Títulos e créditos a receber referem-se a créditos do Tesouro Nacional.		
<b>c) Movimentação da provisão para outros créditos de liquidação duvidosa</b>		
No semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017, a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa apresentou as seguintes movimentações:		
	2018	2017

...Continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Semestres findos em 30 de junho de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

**22 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS, FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS**
**a) Ativos contingentes**

Em 30 de junho de 2018 e 2017, a Corretora não possuía ativos contingentes contabilizados.

**b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais**

Em 30 de junho de 2018 as contingências e as obrigações legais, com risco de perda classificada como provável, totalizam R\$ 5.227 (R\$ 3.361 em 2017), substancialmente representados pelos seguintes processos:

1. Ação judicial com o objetivo de afastar a exigência do pagamento do salário-educação.

2. Ação judicial com o objetivo de afastar a exigência do pagamento do Finsocial.

O somatório dos valores acima descritos, julgado suficiente pela Administração em face de possíveis perdas, está provisionado no passivo exigível a longo prazo na rubrica "Devedores por depósitos em garantia". Para essas causas, foram efetuados depósitos judiciais, cujo montante atualizado monetariamente, na data do balanço, é de R\$ 20.985 (R\$ 19.350 em 2017), registrado contabilmente na rubrica "Outros créditos diversos", no realizável a longo prazo.

A movimentação das provisões para contingências no semestre e a composição dos depósitos judiciais estão abaixo apresentadas:

	Provisão para contingências					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	2018	2017	
Saldo no início do semestre	350	1.494	1.550	3.394	2.981	
Constituições (i)	-	-	1.833	1.833	380	
Saldo no final do semestre	350	1.494	3.383	5.227	3.361	
	Depósitos judiciais					
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outros	2018	2017
Saldo no início do semestre	18	1.494	1.550	17.846	20.908	17.808
Atualizações	-	-	28	-	28	41
Constituições	-	-	-	172	172	1.503
Realizações/reversões	-	-	-	(123)	(123)	(2)
Saldo no final do semestre	18	1.494	1.578	17.895	20.985	19.350

(i) A constituição refere-se à reclassificação contábil, no período, entre obrigação diferida e passivo fiscal no montante de R\$ 1.804. (nota 18)

**c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis**

Em 30 de junho de 2018 as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por 14 processos (17 processos em 2017) de natureza cível que somam R\$ 3.116 (R\$ 2.393 em 2017),

DIRETORIA EXECUTIVA

AURO SEIGUI UEHARA - Contador - CRC 1SP162.120/O-6

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e acionistas da  
**SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A.**  
São Paulo - SP

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SOCOPA - Sociedade Corretora Paulista S.A. em 30 de junho de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada a seguir "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma

relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

e 1 processo (1 processo em 2017) CVM - Comissão de Valores Mobiliários no valor de R\$ 14.246 (R\$ 14.246 em 2017), todos com base nos valores atribuídos aos respectivos processos pelas partes reclamantes (que não representam, necessariamente, o valor de uma possível perda).

**d) Órgãos reguladores**

Não existem em curso processos administrativos por parte do Sistema Financeiro Nacional que possam impactar representativamente o resultado e as operações da Corretora.

**23 LIMITES OPERACIONAIS**

O índice da Basiléia, para a data-base de 30 de junho de 2018, apurado de acordo com o estabelecido na Resolução nº 2.099/94, com as alterações introduzidas pelas Resoluções nºs 4.192/13 e 4.193/13, é de 18,34% para o Conglomerado Financeiro.

**24 OUTROS ASSUNTOS**

A Administração do Conglomerado deliberou pela transferência dos Serviços de Custódia e Controladoria de Fundos, anteriormente executado pelo Banco Paulista, para a sua subsidiária integral SOCOPA, a partir da segunda quinzena de julho de 2017. O objetivo dessa migração é a unificação dos serviços oferecidos à essa indústria na SOCOPA, proporcionando sinergia de comunicação e melhoria nos processos operacionais.

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de agosto de 2018


**ERNST & YOUNG**  
Audítores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

**Flávio Serpejante Peppe**  
Contador CRC-1SP172167/O-6